

# Economia Brasil A Seplan e o crescimento econômico

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro do Planejamento, sr. João Sayad, é professor de Economia e, considerando os resultados que se esperam, no presente exercício, para a economia do País, mostra-se preocupado com a taxa de crescimento nacional do próximo ano. Aliás, como se sabe, a retomada do desenvolvimento constitui principal meta do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que o presidente José Sarney está recebendo hoje, em sua forma definitiva.

O ministro da Seplan afirmou que, a seu ver, 1984 (não se deve esquecer que se iniciou, então, a política de retomada do desenvolvimento...) foi o ano das exportações, isto é, que as exportações foram, no ano passado, o carro-chefe que conduziu o País à recuperação econômica. Segundo o ministro, 1985 deve ser considerado como o ano da reposição salarial. Com estas palavras, o sr. João Sayad deixa claro que, a seu juízo, a economia foi impelida, no presente exercício, pelo crescimento da demanda interna. O ministro entende que, para sustentar-se a taxa de crescimento, 1986 terá de ser o

ano dos investimentos, o que, implicitamente, exige o aumento da poupança destinada ao setor privado.

A análise do ministro João Sayad parece-nos interessante, rica, e certamente merece alguns comentários. A recuperação da economia por meio da exportação apresenta dupla vantagem: aumenta as receitas cambiais e também a renda nacional, sem por isso exigir que se reduza a poupança interna. A situação é outra quando a recuperação econômica é movida pelo fortalecimento do poder aquisitivo dos assalariados. A reposição salarial de 13 a 14% em termos reais só não será inflacionária se se registrarem ganhos de produtividade equivalentes ou se as empresas concordarem em reduzir seus lucros na mesma proporção. Seria necessário haver também certa capacidade ociosa. Mas seria preciso saber, pelo menos, se esse aumento salarial redundou em crescimento da poupança. Ora, parece que não. Ao contrário, diante da ampliação de seu poder aquisitivo e do parcial congelamento dos preços, os consumidores pouparam menos e trataram de tirar partido do momento favorável.

À luz destas contingências é que se deve perguntar se 1986 poderá ser o ano do investimento privado. Concordamos inteiramente com o ministro João Sayad quanto a ser isso absolutamente necessário para se manter o surto de crescimento, que, aliás, a seu ver, deve ser mais comedido. Temos, porém, sérias dúvidas quanto à possibilidade de se alcançar esse objetivo. O ministro da Seplan não esconde sua preocupação com o condicionamento de alguns fatores, fazendo referência à redução do déficit público, à ausência de restrições na área externa e à retomada dos investimentos no setor privado.

Não parece haver uma política suficientemente firme para conter o déficit público, o qual poderá, aliás, ser restringido, talvez, por meio de aumento da carga tributária, aumento este que, certamente, não favorecerá o incremento da poupança, nem, portanto, dos investimentos. Em nome da justiça social, o governo desencadeou um movimento que irá tumultuar a vida econômica do País: a campanha em prol da reposição salarial prosseguirá e até se intensificará.

cará. A verdade é que somente no âmbito de um pacto social, que previsse a recuperação a longo prazo, poderia ser atendida essa reivindicação justa. A continuidade desta política salarial só poderá favorecer a inflação, não os investimentos. Trata-se da reação mais natural de alguém cujos rendimentos se vão reduzindo e que volta a recuperá-los por meio de aumento de preços.

Para manter sua taxa de crescimento, o País precisa também de um pouco mais de espaço na área externa, a fim de aumentar suas importações. Receamos que a atitude de arrogância para com o FMI e os bancos credores não concorra para a obtenção de ganhos maiores, ainda que, dada a com penetração dos interesses dos credores e dos devedores, possamos esperar que se mantenha o *statu quo*.

O ministro João Sayad não poderia explicitar melhor as condições requeridas pela política de crescimento. Mas não estaria o atual governo fazendo o papel do aprendiz de feitiçario?